Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal auxiliar	2	Condução e conservação de viaturas ligeiras.	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	3
	1	Tarefas de recepção, emissão e encaminhamento de chamadas telefónicas.	Telefonista	Telefonista	2
		Vigilância das instalações, acompanhamento de visitantes, recepção e distribuição de expediente.	Auxiliar administrativo...	Auxiliar administrativo...	2

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Portaria n.º 340/92

de 13 de Abril

O Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, ao aprovar o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e arquivo (BAD), determina a adaptação dos quadros de pessoal ao regime nele previsto, através de portaria conjunta do Ministro das Finanças e do ministro competente.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho:

Manda o Governo, pelas Secretárias de Estado Adjunta e do Orçamento e Adjunta do Ministro do

Ambiente e Recursos Naturais, que o quadro de pessoal do Instituto Nacional do Ambiente, no que respeita ao pessoal da área funcional de biblioteca, arquivo e documentação (BAD), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/89, de 30 de Janeiro, passe a ser o constante do mapa anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Ministérios das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais.

Assinada em 5 de Março de 1992.

A Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*. — A Secretária de Estado Adjunta do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia*.

Mapa anexo à Portaria n.º 340/92

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Grau — Nível	Categoria	Número de lugares
Pessoal técnico superior	Biblioteca e documentação.	Técnico superior de biblioteca e documentação.	Grau 2	Assessor principal	1
				Assessor	1
			Grau 1	Técnico superior principal	1
Técnico superior de 1.ª classe	1				
Técnico superior de 2.ª classe	1				
Pessoal técnico-profissional.	Biblioteca e documentação.	Técnico-adjunto de biblioteca e documentação.	Nível 4	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe... Técnico-adjunto especialista	4
Técnico-adjunto principal					
Técnico-adjunto de 1.ª classe					
Técnico-adjunto de 2.ª classe					

MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho Normativo n.º 50/92

Alguns meses decorridos sobre a entrada em vigor dos diplomas que disciplinam o Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (SIMC), torna-se agora conveniente, face às disponibilidades orçamentais e possível na base da experiência entretanto acumulada, fixar os critérios a adotar na hierarquização e selecção de candidaturas.

Para o efeito, é introduzido o conceito de relevância comercial, que atende ao grau de conformidade dos investimentos com princípios de política comercial dirigidos à adaptação estrutural do sector e modernização das suas empresas. É ainda considerada a relevância regional, desde logo identificada pelo nível da percentagem de incentivo a aplicar ao projecto.

A metodologia adoptada mantém a observância dos objectivos do Sistema e, não ignorando as especificidades que o sector comercial revela, concilia o rigor com a simplificação de processos.

Nestes termos, e para efeitos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 75-A/91 e do n.º 9.º do Regulamento de Aplicação do Sistema, anexo à Portaria

n.º 133-A/91, ambos de 15 de Fevereiro, determina-se o seguinte:

1 — Os critérios para a hierarquização e selecção das candidaturas apresentadas no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (SIMC) e respectiva metodologia de aplicação constam do anexo a este despacho.

2 — Não ficam sujeitas aos critérios e metodologia de aplicação previstos no anexo as candidaturas que envolvam processos de cooperação e de concentração de empresas previstos nas alíneas c) e d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 75-A/91, cujos processos se revestem de prioridade.

3 — As candidaturas são reconhecidas como elegíveis quando o indicador de relevância global, definido naquele anexo, alcançar um valor igual ou superior a 50 pontos.

4 — O presente despacho entra em vigor a partir da data da sua publicação, sendo aplicável aos processos de candidatura em fase de instrução técnica, bem como aos processos em apreciação pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) e pela Direcção-Geral do Comércio Interno (DGCI).

Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e do Comércio e Turismo, 5 de Março de 1992. — Pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Isabel Maria Freire dos Santos Corte Real*, Secretária de Estado da Modernização Administrativa. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *Teresa Paula de Oliveira Ricou*, Secretária de Estado do Comércio Interno.

ANEXO

Crítérios para a hierarquização dos processos de candidatura ao SIMC, previstos no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 75-A/91 e no n.º 9.º do Regulamento de Aplicação do Sistema, anexo à Portaria n.º 133-A/91, de 15 de Fevereiro.

A hierarquização e selecção das candidaturas ao SIMC é efectuada pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) e pela Direcção-Geral do Comércio Interno (DGCI), tendo em consideração a pontuação obtida pelo investimento em termos de relevância global, atribuída aquando da instrução técnica dos processos pelas instituições de crédito.

1 — A relevância global (RG) é avaliada pela soma ponderada de duas pontuações parcelares, que consideram a relevância comercial (RC) e a relevância regional (RR) do investimento.

Assim, a relevância global de cada projecto surge medida pela aplicação da fórmula e com o recurso aos seguintes coeficientes:

$$RG = 0,60 RC + 0,40 RR$$

2 — A relevância comercial (RC) avalia o interesse do investimento para o comércio, qualificando o projecto (QP) e também a empresa (QE), de acordo com a seguinte expressão e respectivos ponderadores:

$$RC = 0,60 QP + 0,40 QE$$

2.1 — A medida da qualidade do projecto (QP) resulta da soma de duas perspectivas de análise que consideram a natureza do equipamento (p1 ou p2) a adquirir e também o nível de reestruturação (p3 ou p4) a introduzir na empresa.

Assim:

$$QP = (p1 \text{ ou } p2) + (p3 \text{ ou } p4)$$

A quantificação deste indicador obedece ao seguinte entendimento:

- p1 = modernização do equipamento — 20 pontos;
- p2 = inovação no equipamento — 40 pontos;
- p3 = fraca reestruturação da empresa — 30 pontos;
- p4 = forte reestruturação da empresa — 60 pontos.

Para este efeito, considera-se:

Projecto para modernização do equipamento — o projecto que visa fundamentalmente uma substituição de equipamento por outro mais evoluído;

Projecto para inovação no equipamento — o projecto que faz introduzir na empresa avanços significativos no seu equipamento, depois reflectidos na produtividade do trabalho e na qualidade do serviço prestado;

Fraca reestruturação da empresa — o projecto que apenas permite à empresa uma limitada alteração nos processos de gestão e nas condições de atendimento ou venda;

Forte reestruturação da empresa — o projecto que faz considerar uma mudança significativa nos processos de trabalho, proporcionando, em particular, uma melhor gestão e uma maior competitividade, através, entre outras iniciativas, do redimensionamento do estabelecimento e da diversificação ou da especialização na gama de produtos oferecida.

2.2 — A medida da qualidade da empresa (QE) é calculada através da média aritmética de pontuações atribuídas a três indicadores, que fazem considerar respectivamente a sua rentabilidade (e1), produtividade (e2) e estrutura financeira (e3).

Nestes termos:

$$QE = (e1) + (e2 + e3) / 3$$

em que:

e1 = resultado líquido/vendas (percentagem);

e2 = valor acrescentado bruto/número de trabalhadores (contos);

e3 = capital próprio/activo líquido,

sendo, para efeitos de pontuação, adoptados os seguintes intervalos:

$e1 \leq 0,5$	0
$0,5 < e1 \leq 1,5$	33
$1,5 < e1 \leq 3,5$	66
$3,5 < e1$	100
$e2 \leq 1000$	0
$1000 < e2 \leq 1500$	33
$1500 < e2 \leq 2000$	66
$2000 < e2$	100
$e3 \leq 0,15$	0
$0,15 < e3 \leq 0,25$	33
$0,25 < e3 \leq 0,40$	66
$0,40 < e3$	100

No cálculo dos indicadores são utilizados os números da empresa no exercício anterior ao ano de apresentação da candidatura; no cálculo de e3 o capital próprio não inclui suprimentos.

As entidades que não sejam obrigadas a possuir, nem possuam, uma contabilidade organizada conforme o Plano Oficial de Contabilidade (POC) não é aplicado o indicador e3, ficando, assim, $QE = (e1) + (e2) / 2$.

3 — A relevância regional avalia o interesse do investimento, fazendo retomar o nível de incentivo a atribuir de acordo com a sua zona de localização. Assim, e consoante a percentagem de incentivo, esta componente poderá colher 25 ou 35 pontos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 341/92

de 13 de Abril

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 354/88, de 12 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 140/89, de 28 de Abril, 33/90, de 24 de Janeiro, 276/90, de 10 de Setembro, e 379/91, de 9 de Outubro; Ao abrigo do disposto no seu artigo 39.º:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º Os artigos 3.º e 31.º e o anexo II do Regulamento da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior